

## **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS – ICMBio**

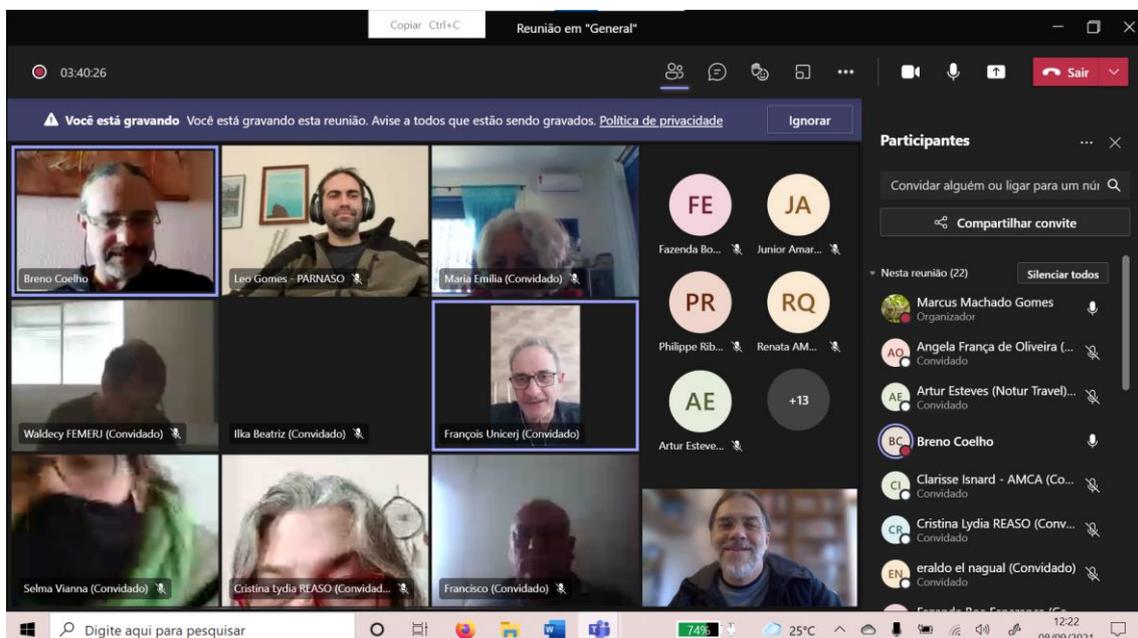
Aos 11 (onze) dias do mês de agosto de 2021 (dois mil e vinte e um), 31 (trinta e um) representantes das entidades integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos (CONPARNASO) mais 24 (vinte e quatro) convidados, conforme registros de presença em videoconferência, estiveram reunidos por meio do aplicativo software livre Microsoft Teams. A reunião foi convocada através do Ofício SEI nº 371/2021-NGI ICMBio Teresópolis, expedido em 04 de agosto de 2021 pelo Presidente do CONPARNASO e Chefe do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Teresópolis Marco Antônio Ferreira Campos, tendo como pauta: 1) Restauração da Capela de N.S. da Conceição do Soberbo e manutenção do Museu von Martius (Sede Guapimirim); 2) Revisão pontual das regras de Uso Público do Plano de Manejo do PARNASO; 3) Atualização da nova gestão de acessos de visitantes com a saída da Hope e Situação da sede Petrópolis; 4) Status do processo de formalização da Zona de Amortecimento do PARNASO; e 5) Informes das Câmaras Temáticas e Informes Gerais. O Presidente do CONPARNASO Marco Antônio Campos (ICMBio) abriu a reunião às 09h15min cumprimentando os participantes e consultando quanto à aprovação da ata da reunião anterior, de 09 de junho de 2021, ao que não houve objeção por parte dos presentes; abrindo o ponto 1) Restauração da Capela de N.S. da Conceição do Soberbo e manutenção do Museu von Martius (Sede Guapimirim), Marco contextualizou a situação atual da Capela, que está fechada, sem possibilidade de realização de missas, por problemas estruturais e de manutenção; comentou a Ação Civil Pública que tem por objeto seu restauro, e informou sobre o processo administrativo sobre as obras; Marco lembrou que a Capela é tombada pelo INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, e que quaisquer intervenções devem ser muito criteriosas e realizadas por pessoas e empresas especializadas, devendo ainda ser autorizadas pelo referido Instituto; informou que um profissional do INEPAC fará uma vistoria no prédio em 12 de agosto do corrente, dia seguinte a esta reunião; informou também que o ICMBio está destinando recursos de pouco mais de 62 mil Reais, oriundos do Fundo de Compensação Ambiental, ainda aguardando liberação pela Caixa Econômica Federal, para a colocação de uma sobrecobertura provisória acima do telhado da construção, em um prazo de até 60 (sessenta) dias, visando a resguardar a integridade da Capela até que seja efetuada a restauração; para colocação da cobertura, será necessária a contratação de guindaste devido ao estado de deterioração do madeirame da ponte de acesso, o que aumenta a complexidade da operação; Marco afirmou que o ICMBio tem constantemente adotado medidas mitigadoras como a limpeza do terreno e a manutenção da infraestrutura de energia, bem como a abertura do prédio para arejar e diminuir a umidade; lembrou que a Juíza Federal em Guapimirim acionou diversos órgãos para colaborarem no processo, tais como a Diocese de Petrópolis, responsável pelo funcionamento da Capela, e a Prefeitura Municipal de Guapimirim, que a utiliza com frequência, bem como o próprio INEPAC; lembrou também que as peças de alto valor histórico e religioso, tais como a imagem da santa, o sino e o crucifixo, serão encaminhadas à Diocese para serem acondicionadas em local seguro e adequado, enfatizando que tais peças retornarão à Capela após a restauração; por fim, informou que houve um pedido de missa campal na Sede Guapimirim, tendo em vista que a comunidade está há muito tempo sem frequentar missas no local, mas que não foi possível autorizar o pleito porque o Plano de Manejo do Parque Nacional permite tais cerimônias apenas no interior da Capela. Sobre o Museu Von Martius, Marco afirmou que, com o término da concessão da empresa Hope em julho, a maior urgência era a de manutenção dos banheiros da Sede Guapimirim; tais obras já foram iniciadas, incluindo medidas de acessibilidade a cadeirantes, e logo a seguir serão efetuadas as intervenções no interior do Museu; e concluiu informando que todas essas

obras serão acompanhadas pela servidora Gisele Medeiros, que está residindo na Sede em substituição à servidora Elizabeth Bravo, que está em processo de aposentadoria. Passada a palavra ao Coordenador de Uso Público Leonardo Gomes, este optou por inverter a pauta, dando início ao ponto 3) Atualização da nova gestão de acessos de visitantes com a saída da Hope e Situação da sede Petrópolis; Leonardo informou que o plano de transição da gestão do uso público iniciou em junho, quando a contratação dos Agentes Ambientais Temporários (ATAs) foi autorizada, sendo efetivada em agosto, contando com o apoio de Brigadistas neste intervalo; informou que Instrução Normativa 01/2021 disciplina a contratação de servidores temporários no ICMBio; afirmou que a seleção dos ATAs atribuiu maior peso à experiência com turismo e que tais agentes já estão em campo e alocados nas sedes e abrigos de montanha; lembrou que este é o primeiro contrato de concessão que o ICMBio encerra, o que envolve procedimentos novos que estão sendo testados agora e que tomarão um tempo mais dilatado; lembrou também que os ATAs iniciaram seu trabalho em um contexto no qual alguns passivos deixados pela Hope, incluindo falta de ações manutenção, ingressos vendidos que deverão ser devolvidos e bens patrimoniais que deverão ser avaliados, trazem maior complexidade a este período de transição; considerando que não estão sendo cobrados ingressos ao Parque neste período, Leonardo informou que a estratégia adotada pelo ICMBio foi a de iniciar as operações pós concessão adotando limites baixos de visitantes/dia e, utilizando o método do planejamento adaptativo, isto é, testando e avaliando as ações enquanto se executa o planejamento, ajustar o número de visitantes sem comprometer a qualidade de visitação; Leonardo detalhou os procedimentos de entrada de visitantes e afirmou que, no caso da parte alta, observou-se um bom fluxo de pessoas nas trilhas e sequer foi preciso limitar número de visitantes, o que complicaria as operações, embora o monitoramento possa sugerir uma futura limitação, caso tal fluxo aumente muito. Waldecy Lucena (FEMERJ) pediu esclarecimento sobre o número de visitantes na parte alta e expressou preocupação sobre a abertura dos abrigos no contexto da pandemia e com o surgimento de novas variantes do coronavírus, e perguntou sobre a previsão de abertura dos acampamentos e da travessia, ao que Leonardo informou que, conforme cronograma estabelecido, a abertura dos campings deve se dar em setembro, a tempo de efetuar a identificação de perfis e necessidades de treinamento dos ATAs; informou também que os abrigos necessitam de pequenas manutenções para terem boas condições de uso, porém lembrou que não é prevista a disponibilização de pernoites nos abrigos em um prazo de cerca de um ano e meio, período em que não serão cobrados ingressos e serviços e que o ICMBio administrará as operações com limitações de recursos financeiros e de pessoas; quanto aos limites da parte alta, Leonardo mencionou que o Plano de Manejo estabelece 100 (cem) pessoas em pernoite nos abrigos, 100 (cem) em bate-e-volta e 100 (cem) na travessia, totalizando 300 (trezentas) pessoas no máximo, entretanto, o controle definido durante a pandemia para evitar aglomerações, estabeleceu-se o limite de 100 (cem) pessoas no máximo. Arthur Estevez (AGUIPERJ) sugeriu a segmentação da visitação por atrativos, visando a espalhar os visitantes em diferentes áreas, o que Leonardo entendeu como uma possibilidade em caso de aumento da visitação. François de Paiva (Unicerj) perguntou sobre o banheiro dos Castelos e sugeriu a estruturação de pequenos ranchos como suporte ao acampamento na área de abrigos, sugestão que Leonardo acolheu, mas explicou que a maior dificuldade atualmente é o transporte de materiais. Antonio Seixas (OAB Magé/Guapimirim) perguntou se há viabilidade de abertura da portaria voltada para a Barreira na Sede Guapimirim, ao que Leonardo concordou que esta é uma das inovações desejadas, mas que neste momento, deu-se preferência a manter o mínimo das operações em curso até que sejam sanados os passivos de manutenção predial, com vistas a assegurar uma transição segura e confortável, sem comprometimento dos serviços; Leonardo enfatizou que no atual contexto sem empresa concessionária, o ICMBio tem muito mais liberdade para implementação de inovações e para acolhimento das sugestões de Conselheiros e parceiros, e que hoje conta com pessoal de

campo mais experiente, que agrega boas ideias e soluções, resultando em um trabalho mais prazeroso e criativo. Com a inversão da pauta, Leonardo passou ao ponto de pauta 2) Revisão pontual das regras de Uso Público do Plano de Manejo (PM) do PARNASO, informando que disponibilizou uma planilha com sugestões de alteração numeradas, referenciadas às páginas do PM, contendo o texto original, a proposta de alteração e sua justificativa; Leonardo fez um breve nivelamento sobre o documento, explicando que uma revisão pontual não pode fazer alterações no zoneamento estabelecido no PM, o que demandaria um processo mais complexo, mas observou que o documento consolida alguns aspectos já vigentes no zoneamento e convidou a todos que queiram apresentar propostas de alteração a seguirem o modelo apresentado; Marcus Gomes (ICMBio/Secretaria Executiva CONPARNASO) informou que o documento trabalhado na Câmara Temática de Turismo e Montanhismo (CTTM/CONPARNASO) contém as propostas do ICMBio, acrescidas das sugestões apresentadas por Waldecy (FEMERJ) e Artur (Notur Travel) e será compartilhado no Google Drive para contribuições do Conselho; ficou acordado que o documento com as contribuições será discutido em Reunião Extraordinária a ser convocada para o mês de setembro próximo. Dando sequência à reunião, Marcus abriu o ponto de pauta 4) Status do processo de formalização da Zona de Amortecimento do PARNASO, lembrando que, como subsídio à discussão, o Conselho recebeu previamente os seguintes documentos: a Minuta do instrumento normativo que instituirá o polígono e as normas da ZA, o Parecer e o Despacho expedidos pela Procuradoria Federal Especializada no Instituto (PFE/ICMBio) após análise da referida Minuta, e a Nota Técnica da PFE que trata das recomendações e questionamentos apresentados, e que aprova e encaminha a Minuta. Luciana Mota (Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo - COMAN/ICMBio) assumiu a palavra rememorando o processo de construção participativa dos limites e normas da ZA neste Conselho entre março e dezembro de 2020, por meio da Câmara Temática Temporária criada para tal fim; lembrou que a proposta técnica do CONPARNASO foi encaminhada à PFE para avaliação de sua legalidade, e informou que a análise retornou apenas em julho, cerca de cinco meses após o esperado, recomendando pequenas mudanças textuais, sem alteração de sentido e conteúdo das normas construídas no Conselho, com exceção da norma sobre cultivo de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), que obteve uma recomendação de redação bastante genérica e inspirada na legislação existente no contexto do plantio de soja e algodão em grandes extensões de terra no cerrado, sem relação portanto com o contexto do PARNASO; a este respeito, Luciana apontou a opção da equipe do ICMBio pela supressão da norma, em função do prazo judicial para a definição da ZA, e enfatizou que, no momento em que o assunto for uma questão realmente presente no entorno do PARNASO, será possível reabrir a discussão e construir uma norma específica para o tema. Passou a palavra a Breno Herrera (ICMBio), que detalhou cada adequação recomendada pela PFE na redação da norma, e ressaltou a falta de normas e recomendações técnicas sobre cultivo de OGMs para situações similares à do PARNASO, em cujo entorno prevalece a agricultura familiar com produção de hortaliças e flores em pequenas propriedades rurais. Após a leitura detalhada das recomendações, abriu-se um momento para manifestações sobre as mudanças propostas, quando diversos conselheiros puderam comentar e esclarecer as propostas da PFE; Ilka Beatriz (Prefeitura de Petrópolis) externou preocupação de que a redação da norma sobre implantação de condomínios não tenha clareza sobre a diferença entre os termos “instalação” e “execução”, pois só se instala um condomínio depois de executado o projeto, o que pode gerar insegurança quanto aos fluxos de consulta entre Prefeituras e ICMBio, ao que Luciana se comprometeu a estudar a questão, lembrando que novas alterações deverão retornar à PFE; sobre este tema, Breno enfatizou que o foco da norma é estabelecer que o ICMBio seja ouvido e se manifeste nesses processos, e que o termo “instalação” é consagrado na legislação sobre licenciamento ambiental e consta da Resolução CONAMA nº 428, mas reforçou que a questão será estudada e definida

internamente. Priscila Santos (ICMBio) externou a preocupação em suprimir totalmente a norma sobre OGMs, e propôs mais estudos e a inclusão de uma norma adequada à realidade da região, em consideração ao princípio da precaução, posição corroborada pelo Conselheiro Alexandre de Almeida (Instituto Tecnoarte), ao que Breno argumentou que a equipe pesquisou exaustivamente os estudos e propostas técnicas sobre o tema, não encontrando nada condizente com a situação da região do PARNASO, solicitando a Priscila, Alexandre e todos os presentes que se somem ao esforço de buscar pesquisas e normas adequadas ao contexto local; Renata Gouveia (AMA Quebra-Frascos) mencionou que o recorte dos limites da ZA divide seu bairro, fazendo com que algumas propriedades estejam dentro e outras fora da ZA, podendo gerar tratamentos diferentes e confusão de entendimentos na população; Renata chamou atenção para as fragilidades da Prefeitura de Teresópolis em fiscalizar a supressão de vegetação e a implantação de condomínios na região, as quais muitas vezes se confrontam com as determinações legais e geram ações civis públicas. Breno lembrou que a análise jurídica não recomendou alteração no zoneamento proposto pelo Conselho e que o critério de desenho da ZA foi a proteção das florestas contíguas ao Parque e a exclusão de zonas urbanas, mas concorda que a rápida expansão urbana no Município é preocupante e se constitui em objeto de atenção para a gestão do Parque Nacional; Manoela Lopes (Parque Estadual dos Três Picos/INEA-RJ) elogiou a obrigatoriedade de os processos de licenciamento passarem pela manifestação do órgão gestor da Unidade de Conservação e comentou que o entendimento do INEA foi no sentido de apenas receber e dar ciência à comunicação do Município, o que vem gerando alguns transtornos. 'Eraldo' Kalloch (RPPN El Nagual - Mosaico Central Fluminense) pergunta se é possível aumentar a faixa de restrição ao uso de agrotóxicos e herbicidas em relação a corpos hídricos e nascentes, ao que Breno respondeu que tais limites foram debatidos e aprovados pelo Conselho em dezembro, e qualquer necessidade de rever essas normas reabre todo o processo de debate técnico e de consulta ao Conselho e à PFE; assim, sugeriu que essa possibilidade seja bem avaliada diante da situação de fragilidade administrativa que o órgão federal assume ao não possuir ZA oficializada e consequentemente ter dificultada sua intervenção nos processos de licenciamento, lembrando ainda que os impactos tecnicamente comprovados sobre os corpos hídricos ou a Unidade de Conservação independem da distância obrigatória de utilização de agrotóxicos, e podem ensejar medidas de fiscalização, multa e embargo das atividades comprovadamente poluidoras; por fim, Breno e Luciana concordam que reabrir essa discussão não seria oportuno no momento. Vanessa Silva (Secretaria de Meio Ambiente de Magé) perguntou sobre a previsão de entrada em vigência da norma e sugeriu a realização de reuniões de orientação aos Municípios, em especial com a Secretaria Municipal de Habitação, visando à melhor definição de fluxos e procedimentos, Breno concordou com a sugestão e previu que, não havendo necessidade de novas consultas jurídicas, a publicação deve se dar em poucos meses, mas ressaltou que o ICMBio não atua como órgão licenciador, mas manifesta seu posicionamento técnico, que pode ser ou não acolhido pela autoridade licenciadora estadual ou municipal. Karina Wilberg (CBH Piabanha) questionou se a norma que proíbe a alteração da característica de utilização rural do imóvel objeto de parcelamento ou de instalação de condomínios não estaria extrapolando as atribuições do órgão ambiental e invadindo as atribuições dos Municípios em gerir o uso do solo, ao que Breno respondeu que esta não foi uma escolha do ICMBio, mas uma determinação da Lei Federal 9.985/2000 (Lei do SNUC) que em seu Art. 49, parágrafo único, define que "A zona de amortecimento das unidades de conservação de que trata este artigo, uma vez definida formalmente, não pode ser transformada em zona urbana". Além desses questionamentos, diversos comentários e pedidos de esclarecimentos foram atendidos com a finalidade de elucidar o texto e sua tramitação, bem como as questões que poderiam resultar redundantes no texto, tendo em vista a legislação que se aplica aos usos da ZA e que são hierarquicamente superiores à Portaria do ICMBio que instituirá seus limites e normas. Ficou esclarecido

também que, na futura revisão do PM do PARNASO, tais limites e normas da ZA serão incorporados também ao texto do PM e à Portaria que instituirá a revisão, conforme orientação jurídica. Por fim, ficou esclarecido que fatos novos ou o surgimento de conhecimentos científicos inéditos podem ensejar a reavaliação e proposição de revisões das normas da ZA a qualquer tempo. Feitos todos os esclarecimentos, o Conselho foi consultado quanto a discordâncias ao texto encaminhado, ao que não houve objeções, ficando então aprovado o texto com as alterações recomendadas pela PFE, ficando acordado que os estudos sobre o cultivo de OGMs terão prosseguimento no âmbito da equipe técnica, com o apoio de todos os Conselheiros interessados e da Analista Ambiental Priscila Santos, com vistas a aprofundar o conhecimento sobre o tema e avaliar a possibilidade de futura normatização. A última etapa da reunião constituiu-se no ponto 5) Informes das Câmaras Temáticas e Informes Gerais, quando Cristina Lydia (REASO) informou que a Câmara Temática de Educação Ambiental e Cultura (CTEA/CONPARNASO) tem se reunido semanalmente para organização do XIII Encontro de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos que será em 21 de setembro com o tema “Vida: Tecendo a Rede com a Educação Freiriana, em homenagem ao centenário de nascimento do Patrono da Educação Brasileira o educador Paulo Freire; informou também que a Associação de Amigos e Colaboradores do PARNASO reiterou o interesse em participar do processo de permissão da Loja e da Lanchonete da Sede Teresópolis. Artur Esteves (Notur Travel) informou que a CTM aguarda as propostas de logomarca a serem apresentadas pelos Voluntários do PARNASO e sugeriu dar continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho sobre a formação de Condutores. Sobre a CT Temporária de Delegação de Serviços, o coordenador Waldecy informou que aguarda definições sobre a consultoria que fará a modelagem dos serviços. Clara Lemos (UERJ) informou sobre a CT de Pesquisa vem se dedicando à organização do Encontro de Pesquisadores do PARNASO, que será em dezembro. Finalizados os informes, Marco agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião às 12h30.









Waldecy Mathias Lucena - FEMERJ  
Françóis Carvalho de Paiva – UNICERJ  
Arthur Solleiro Estevez - AGUIPERJ  
Antônio Seixas - Ordem dos Advogados do Brasil – Magé / Guapimirim  
Alexandre de Almeida - Instituto Tecnoarte  
Maria Emília Nascimento - Instituto Tecnoarte  
Francisco Pontes de Miranda Ferreira ‘Chicão’ - INNATUS  
Cristina Lydia - Rede de Educação Ambiental da Serra dos Órgãos – REASO  
Vera Martins – ACAMPAR RJ Orgânicos  
Angela França de Oliveira – Agenda 21 de Guapimirim  
Markus Budzinski – ADEFIMPA  
Marcos Werneck – Instituto Samambaia de Ciência Ambiental – ISCA  
Antônio Linhares Sobrinho – ACERDAT  
Anderson Nascimento - 143º Grupo Escoteiro do Mar Guapimirim  
Renata Gouveia - Associação de Moradores e Amigos do Quebra-Frascos  
Tiemi Yoshikawa - Associação de Moradores e Amigos do Quebra-Frascos  
Clarisse Isnard de Maracajá - Associação de Moradores da Cascata dos Amores – AMCA  
Fernando Pessoa - CEFET Petrópolis  
Marcelo Porretti - CEFET Petrópolis  
Clara Lemos - UERJ - Departamento de Turismo  
Marcia Chame - FIOCRUZ

**Convidadas/os:**

André Luiz dos Santos - APEDEMA-RJ  
Angelina Caruso – Estudante Extensão UFRJ  
Bárbara Sueiro - Bonfim Mais Verde  
Beatriz Nassur – mestranda PUC-Rio  
Breno Herrera – ICMBio  
Carolina Freitas  
Daniel Dellamora Bonolo  
Isabela Deiss - ICMBio  
Jorge ‘Julião’ Nascimento – ICMBio  
Karina Wilberg – CBH Piabanha  
Leonardo Gomes – ICMBio  
Luciana Costa Mota – Coordenação de Elaboração e Revisão de Plano de Manejo -  
COMAN ICMBio

Marcus Gomes – Secretaria Executiva CONPARNASO - ICMBio

Mariana Tamandaré – pós-graduanda de especialização UERJ

Nelson Reis – OMA Brasil

Pedro Zeno – mestrando UNIRIO e Voluntariado PARNASO

Philippe Ribeiro e Silva – Instituto de Estudos, Pesquisas e Ações Socioambientais – INEPAS

Priscila Santos - ICMBio

Renata Jiamelaro

Sergio Chaves

Thiago Godoy – Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de Guapimirim